



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

RESOL-GP - 42013

Código de validação: 9C9D9984B7

Organiza, no âmbito da competência interna do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, estrutura responsável pela aplicação das sistemáticas da repercussão geral e dos recursos repetitivos, denominada Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos- NURER. **O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 543-A, 543-B e 543-C, do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006 e pela Lei nº 11.672, de 08 de maio de 2008; **CONSIDERANDO** a edição da Resolução nº 160, de 19 de outubro de 2012, pelo Conselho Nacional de Justiça, determinando que em noventa dias fosse organizado, no âmbito dos Tribunais de Justiça, o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos- NURER; **CONSIDERANDO** que há, no âmbito deste Tribunal, a Coordenadoria de Recursos Constitucionais, responsável pelo processamento, guarda e remessa das ações ao STJ e STF; e, **CONSIDERANDO** a existência de servidores qualificados atuando na Coordenadoria de Recursos Constitucionais e na Assessoria Jurídica da Presidência; **RESOLVE ad referendum, Art. 1º.** Organizar o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER), vinculado aos Juízes Auxiliares da Presidência para gerenciar a aplicação das sistemáticas processuais nos recursos extraordinários e especiais. **Parágrafo Único-** O NURER, atendendo o limite imposto pela Resolução nº 160 do CNJ, será constituído por 01 magistrado, 02 assessores jurídicos da assessoria da presidência, e 02 servidores da Coordenadoria de Recursos Constitucionais, efetivos, com graduação em direito. **Art. 2º.** Incumbir o NURER a cumprir as exigências estabelecidas pela Resolução nº 160/2012 do CNJ, devendo a Coordenadoria de Recursos Constitucionais subsidiá-lo com as informações necessárias ao gerenciamento dos recursos sujeitos à aplicabilidade das sistemáticas da repercussão geral e dos recursos repetitivos. **Parágrafo Único** - Cabe a um dos Juízes auxiliares da Presidência o gerenciamento do NURER, sendo este o principal interlocutor com a Presidência e Vice-Presidência deste Tribunal. **Art. 3º.** Ficam o NURER e a Coordenadoria de Recursos Constitucionais submetidos às regras reguladoras da matéria. **Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLOVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís.**

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 23/01/2013 12:32 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Informações de Publicação

18/2013	24/01/2013 às 11:33	25/01/2013
---------	---------------------	------------